



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX — Nº 1

TERÇA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1994

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 8^a SESSÃO, EM 3 DE JANEIRO DE 1994

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 1, de 1994 (nº 1.079/93, na origem), de 28 de dezembro último, referente a escolha do nome do Senhor Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro.

— Nº 2 a 9, de 1994 (nº 1.083 a 1.090/93, na origem), de agradecimento de comunicações.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

Recebimento dos Ofícios nºs S/1 e S/2, de 1994 (nºs 1/89 e 117/93, na origem), das Prefeituras Municipais de Cachoeira do Itapemirim—ES e Santa Cruz do Escalvado—MG, respectivamente, solicitando autorização para contratação de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JUNIOR — Novas medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal e, em especial, no concernente ao aumento das alíquotas do Imposto de Renda e da redução do repasse de 15% do Orçamento ao Fundo de Participação dos Municípios.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Votos de prosperidade ao Brasil no ano que ora se inicia. Notícia publicada no jornal *O Dia*, de Teresina, intitulada *Primavera*, abordando a reabertura do Banco do Estado do Piauí.

1.3 ORDEM DO DIA

Dispensada nos termos do art. 174, e, do Regimento Interno.

1.3.1 Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nº 305, de 1991 (Apostila)

Nº 447, de 1992 (Apostila)

Nº 246, de 1993 (Apostila)

Nº 602, de 1993

3 — ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 001 a 003, de 1994

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Dirutor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Dirutor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Dirutor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Dirutor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Dirutor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semanal Cr\$ 70.000,00

Tragem 1.200 exemplares

Ata da 8^a Sessão, em 3 de janeiro de 1994

10^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 49^a Legislatura
Presidência dos Srs.: Chagas Rodrigues e Nabor Júnior

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS
 SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Aluízio Bezerra
 — Chagas Rodrigues — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo
 — Garibaldi Alves Filho — Gilberto Miranda — Jarbas Passarinho — José Paulo Bisol — Marco Maciel — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Rachid Saldanha Derzi — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
 O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGENSDO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM N° 1, DE 1994
(N° 1.079/93, na origem)

Excelentíssimo Senhores Membros do Senado Federal,
 Nos termos do parágrafo único, *in fine*, do artigo 104 da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de

Vossas Excelências o nome do Doutor RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a Desembargador, decorrente da aposentadoria do Ministro Athos Gusmão Carneiro.

Os méritos do indicado, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo *curriculum vitae*.

Brasília, 28 de dezembro de 1993. — Itamar Franco.

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS:

NOME: Ruy Rosado de Aguiar Júnior
 Nascimento:
 Data: 30-4-1938
 Município: Itai
 Unidade da Federação: Rio Grande do Sul
 Carteira de Identidade: 8002583626
 Órgão Expedidor: Secretaria de Segurança Pública — RS
 CPF: 00641928068
 Endereço Residencial:
 Rua Mariante, 1061/1001 — Rio Branco — POA/RS — CEP 90430-181
 Fone: (051) 331.9970
 Endereço Profissional:
 Corregedoria-Geral da Justiça — Tribunal de Justiça do L... do RS
 Praça da Matriz, 55 — Palácio da Justiça — 4º andar — CEP 90010-906 — POA/RS
 Fones: (051) 224-3869 — 224-3311 — 224-3797 — 221-2298

GRAUS E TÍTULOS ACADÊMICOS

1. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aprovação plena.
2. Curso de Pós-Graduação em Direito — Especialização em Direito Penal. UFRGS. Conceito A.
3. Curso de Pós-Graduação em Direito — Mestrado em Direito Civil. UFRGS "Cum laude".

ATIVIDADES PROFISSIONAIS QUE EXERCE

1. Desembargador do Tribunal de Justiça, desde julho de 1985.
2. Corregedor-Geral da Justiça (1992/93).
3. Professor do Curso de Pós-Graduação — Mestrado em Direito — da Faculdade de Direito da UFRGS, desde 1992.
4. Professor da Escola Superior da Magistratura — RS, desde 1981.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS EXERCIDAS

1. Promotor de Justiça, de 1963 a 1980.
2. Juiz do Tribunal de Alçada, de 1980 a 1985.
3. Diretor da Escola Superior da Magistratura — RS, 1986/87.
4. Diretor da Escola Nacional da Magistratura, 1988/89.
5. Professor de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito de Santo Ângelo, de 1967 a 1973.
6. Professor de Direito Penal, na UNISINOS, de 1973 a 1984.

PUBLICAÇÕES — LIVROS

1. Extinção dos contratos por incumprimento do devedor (Resolução). Ed. Aide. Rio de Janeiro, 1991.
2. Direito do urbanismo, IBAM, Rio de Janeiro, 1981. Publicação com outros.
3. Aplicação da Lei nº 6.416/77. Coleção Ajuris. Porto Alegre, 1977. Com outros.
4. Direito do consumidor e o Mercosul. Coleção Ajuris. Porto Alegre. Com outros. (no prelo).

PUBLICAÇÕES — PERIÓDICOS

1. Cláusulas contratuais abusivas. Revista do Consumidor. (no prelo)
2. Responsabilidade civil do Estado pelo exercício da jurisdição. Revistada Faculdade de Direito — UFRGS, 1993.
3. O novo código do consumidor. Revista Ajuris, vol. 53. 1991.
4. A Convenção de Viena e a resolução dos contratos internacionais. Anais da Semana de Estudos Jurídicos da Integração. 1991.
5. Interpretação. Revista Ajuris, vol. 45. 1989.
6. Embargos de terceiro. Revista dos Tribunais, São Paulo. 1988.
7. A sentença criminal condenatória e a resolução do contrato no Direito do Trabalho. Revista LTR. 1988.
8. Ensino jurídico. A reforma curricular. Revista Estudos Jurídicos. Unisinos. 1983.
9. Desquite por mútuo consentimento. Revista Ajuris, vol. 5. 1975.
10. Testemunhas do réu no procedimento sumaríssimo. Revista do Ministério Público — RS, vol. 4. 1974.
11. Controle jurisdicional do processo legislativo. Revista do Ministério Público — RS. 1973.

12. Ministério Público. Posição constitucional. Revista dos Tribunais, vol. 436. São Paulo. 1971.

PALESTRAS REALIZADAS NO CORRENTE ANO DE 1993

- 16-4-93 — IV Curso Nacional de Direito do Consumidor. IBPC. Porto Alegre. Tema: "Proteção do consumidor".
- 26-5-93 — IV Congresso Internacional de Derecho del Consumidor. Buenos Aires. "Cláusulas contratuais abusivas".
- 29-5-93 — III Congresso Internacional de Derecho de Daños. Facultad de Derecho. Buenos Aires. "Responsabilidade civil do Estado pelo exercício da função jurisdicional".
- 17-6-93 — Encontro Empresarial. Balanço de 2 anos do Código de Defesa do Consumidor. IDEC. São Paulo. "Casos Jurídicos".
- 24-6-93 — Jornadas de Direito Comparado. Asociación Argentina de Derecho Comparado. Rosário. "Aspectos do Direito Contratual no Brasil".
- 24-8-93 — Seminário sobre Justiça. Associação dos Advogados de São Paulo. São Paulo. "Juizados Especiais e de Pequenas Causas no RS".
- 27-8-93 — Seminário sobre Justiça Criminal. PUCRS. "Juizados Criminais Especiais".
- 27-9-93 — Painel "Justiça — Visão crítica e soluções". Unisinos. São Leopoldo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

De agracimento de comunicação:

Nºs 2 a 9, de 1994 (nºs 1.083 a 1.090/93, na origem), de 29 de dezembro último, referentes às matérias constantes das Mensagens SM nºs 263, 264, 266, 267, 270, 280 e 288 a 293, de 1993, e CN nº 100 a 103, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu das Prefeituras Municipais de Caçapava de Itapemirim (ES) e de Santa Cruz do Escalvado (MG) os Ofícios nºs S/1 e S/2, de 1994 (nºs 789 e 117/93, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, autorização para que possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardarão a complementação dos documentos necessários à sua instrução.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A palavra está facultada aos Srs. Senadores.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC) — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Ex^a tem a palavra, na forma regimental.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB — AC) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, as medidas econômicas que foram encaminhadas à consideração do Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, na semana recém-finda, trazem, no seu bojo, algumas modificações na atual legislação tributária, objetivando aumentar a arrecadação da União, no exercício de 1994.

Dentre essas medidas, destaco o aumento da alíquota do Imposto de Renda em 5% e a criação de uma nova alíquota de 35% para os salários mais elevados percebidos no País. Esses 5% incidem sobre a alíquota de 25%, fazendo com

que aqueles que recolhiam 25% de Imposto de Renda na fonte passem a fazê-lo em 26,5%.

Isentou-se desse acréscimo, portanto, os contribuintes de Imposto de Renda que recolhem na base da alíquota de 15%. Com essas medidas, mantém-se o mesmo universo de contribuintes de Imposto de Renda.

Creio que a melhor solução seria aumentar a base dos contribuintes e não agravar ainda mais a situação daqueles que já vêm pagando esse imposto.

Sabe-se que, no Brasil, com uma população de 150 milhões de habitantes, somente pouco mais de 10 milhões pagam Imposto de Renda. Entendo que essas medidas de Governo são muito discutíveis, necessitando, portanto, muita negociação por parte do Ministro Fernando Henrique Cardoso para viabilizar a sua aprovação.

O aspecto mais controverso, entretanto, da proposta do Executivo está, a meu ver, no desconto de 15% nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios para a constituição de Fundo de Emergência, a ser administrado pelo Governo Federal. Isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está provocando uma reação muito grande não só da parte dos Congressistas, mas também dos Governos estaduais e municipais, contra sua aprovação. Pois tais Fundos, na verdade, já são insuficientes para atender às necessidades das diversas Unidades da Federação e, sobretudo, dos Municípios brasileiros.

Tenho recebido apelos do meu Estado, de prefeitos e de autoridades estaduais, para votar contra essa medida. Acredito que outros parlamentares, igualmente, têm sido acionados por prefeitos e governadores dos seus Estados com o mesmo objetivo. É sabido que cerca de 90% das Prefeituras vivem exclusivamente do repasse dos recursos do FPM e que muitos Estados, inclusive o Acre, dependem basicamente do FPE para a sua sobrevivência.

Por essa razão, o Deputado Gonzaga Mota, do PMDB do Ceará, Relator da matéria na Câmara dos Deputados, sugeriu ao Governo Federal o aumento dos impostos incidentes sobre as operações financeiras e sobre o lucro das instituições bancárias, ao invés de reduzir em 15% os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. S. Ex^a expressava, com certeza, sua convicção de que dificilmente a proposta original será aprovada pelo Congresso Nacional.

Reducir em 15% o repasse dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios é a mesma coisa que inviabilizar o funcionamento das administrações estaduais e municipais e, consequentemente, acarretar prejuízos incalculáveis às suas populações.

Desde já, Sr. Presidente e Srs. Senadores, manifesto aqui minha posição contrária à adoção dessa medida, porque ela prejudica inevitavelmente a economia do Acre e dos seus respectivos municípios.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito a oportunidade desta sessão, a primeira do Senado Federal no novo ano de 1994, para ocupar brevemente a tribuna.

Inicialmente, quero desejar à Nação brasileira e aos brasileiros um novo ano bem melhor do que o ano findo. Já se disse que o País retomou o seu crescimento; não estamos mais com uma economia estagnada. Esperamos que o problema fundamental do País, o desemprego, possa ser atacado e, de certo modo, oferecer sinais positivos neste ano que se inicia. Quem fala em criação de empregos e de postos de trabalho refere-se necessariamente à retomada do desenvolvimento, do crescimento e da produtividade no País.

Pronunciadas essas palavras introdutórias, quero me reportar a uma notícia que li no Jornal *O Dia*, de Teresina, em sua edição de 21 de dezembro próximo passado. A notícia constou da seção Roda Viva sob o título PRIMAVERA:

“O Banco do Estado do Piauí (BEP) deve ser reaberto em janeiro, prevê o secretário de Fazenda do Estado, Moisés Reis. Ele disse que, depois da assinatura, na quarta-feira, da consolidação da dívida do Estado, no valor de 550 milhões de dólares, o Governo do Estado vai pedir a volta do controle do Banco.”

Em inúmeras oportunidades, fiz referência especial ao Banco do Estado do Piauí. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque um banco de Estado, vale dizer, é um banco de todo um povo, de toda a comunidade piauiense. E, em segundo lugar, porque esse banco tem para mim uma significação especial.

Quando assumi o governo do Piauí, encontrei um banco privado que há muitos anos era deficitário, adquirido pelo governo anterior, quero crer, com boas intenções. Coube ao meu governo, em 1959, mudar o nome do banco, deixando de ser denominado Banco Comercial e Agrícola para ser Banco do Estado do Piauí S.A.

Apelamos aos piauienses, pessoas físicas e jurídicas, e tivemos uma contribuição: o capital foi aumentado. E a verdade, Sr. Presidente, é que o Banco foi inteiramente recuperado, de tal modo que o meu Governo foi o único, na história administrativa do Piauí, a pagar dividendos aos acionistas. Isso aconteceu nos dois anos que se seguiram ao primeiro ano de governo — já que o primeiro ano foi para a recuperação do banco.

Vi, posteriormente, em outros governos, a situação do banco ir se deteriorando até que, finalmente, foi objeto de intervenção e, por fim, de uma liquidação extrajudicial.

O atual Governador, Freitas Neto, tomou as providências necessárias, procurou, como se disse aqui, assinar o convênio sobre a consolidação da dívida; o Estado passou a acatar as diretrizes governamentais, passou a pagar, ainda que em proporções módicas — mas, para o Piauí, em altas proporções — a sua dívida. Criou-se uma situação nova, e o Banco do Estado do Piauí, conforme se anuncia, deverá ser reaberto e sob a inteira responsabilidade do Governo do Estado.

É verdade que, em outras ocasiões, desde o Governo Collor, anunciou-se a reabertura desse Banco e, até hoje, isso não aconteceu.

Assim, quero, nesta oportunidade, fazer um apelo a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, nosso ex-colega Itamar Franco, a S. Ex^a o Sr. Ministro da Fazenda, nosso também colega Fernando Henrique Cardoso, e ao Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Sampaio Malan: desde que atendidas as exigências e as formalidades pelo Estado do Piauí, que mais uma vez demonstrem a sua boa vontade e autorizem a reabertura do Banco.

Isso irá ao encontro das necessidades econômico-financeiras do Estado e será da maior utilidade, do maior proveito para o nosso Estado, para todos: empresários, trabalhadores e, especialmente, os empregados do banco.

Sr. Presidente, reaberto o banco, desejamos que, através de assembleia, um dos diretores seja escolhido pelos próprios trabalhadores dentre os mais categorizados e mais capazes. Em toda parte, há uma visão nova de administração: administrar, hoje, é apelar, antes de mais nada, para a colaboração da comunidade. O Governo não é um órgão isolado; o Governo é a síntese da comunidade, o Governo tem que administrar ouvindo os vários segmentos da sociedade.

Se forem tomadas providências corretas e salutares, Sr. Presidente, acredito que toda a comunidade piauiense irá colaborar para o fortalecimento de nossa instituição. Estou informado de que, inicialmente, não haverá nenhuma agência fora do Estado e de que teremos um número reduzido de agências funcionando em Teresina, Floriano, Parnaíba e Picos. Será um início que — espero — produzirá os efeitos que a sociedade piauiense aguarda: que esse Banco venha a crescer e a pagar dividendos, como aconteceu ao tempo em que tive a honra de governar o meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SR. SENADORES:

Dario Pereira _ Elcio Alvares _ Francisco Rollemburg _ Henrique Almeida _ Hydekel Freitas _ Iram Saraiva _ Irapuan Costa Junior _ Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Não há mais oradores inscritos.

Nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispenso o período correspondente à Ordem do Dia da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de quarta-feira, às 9:00 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1993 (nº 3.711/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira — AEB, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, e de Constituição, Justiça e Cidadania)

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 6, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1993 (nº 162/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 126, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Alojamento a Bordo dos

Navios de Pesca, adotada por ocasião da 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1966, tendo

Parecer favorável, sob nº 400, de 1993, da Comissão — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 3 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 10, DE 1993

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1993 (nº 147/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativas do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia, em Brasília, em 21 de março de 1991, tendo

— Parecer favorável, sob nº 408, de 1993, da Comissão — de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1990 (nº 3.056/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.729, de 16 de janeiro de 1989, para especificar como sendo Segunda a Junta de Conciliação e Julgamento de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 345, de 1993, da Comissão: — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo, tendo

Parecer proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Elcio Alvares, favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário a emenda oferecida perante a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h03min.)

ATOS DO PRESIDENTE

Ato do Presidente nº 305/91 que aposentou NELY MARDE MEDÉ MINUCCI, Analista Legislativo, Classe “1ª”, Padrão III.

APOSTILA

Neste Ato, os efeitos da vantagem do art. 192, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, são concedidos a partir de 19-4-91.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador Humberto Lucena, Presidente.

Ato do Presidente nº 447/92 que aposentou WILSON NERY RODRIGUES, Analista Legislativo, Classe Especial Padrão V.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato de concessão de Aposentadoria, para incluir o art. 193, da Lei nº 8.112/90.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Ato do Presidente nº 246/93, que aposentou ALBETISA DE JESUS NERI, Técnico Legislativo, Classe Especial Padrão III.

APOSTILA

Fica alterado o presente Ato de Aposentadoria para excluir da fundamentação legal o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87/89, bem como incluir os artigos 34, § 2º e 37 da Resolução (SF) nº 42/93. Fica alterada, também, a denominação do cargo da servidora para Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 28.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
NÚMERO 602, DE 1993**

Altera o Quadro de detalhamento da despesa do Prodases.

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e, com base no disposto no § 2º do art. 57, da Lei nº 8.447, de 21 de julho de 1992, resolve:

Art. 1º Alterar o Quadro de Detalhamento da Despesa — QDD, da Unidade 02.103 — Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, na forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de dezembro de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL (*)
NÚMERO 602, DE 27/12/93**

02000 - SENADO FEDERAL

02103 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS - PRODASEN

CR\$ 1,00

| CRÉDITO SUPLEMENTAR | | ANEXO I | | FISCAL SUPLEMENTAÇÃO | |
|---------------------|--|------------------------|------------|-----------------------|------------|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FT | DETALHADO | TOTAL |
| 010070024.2026 | ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA | 3.1.90.13 3.4.90.39 | 188 100 | 600.000 35.000.000 | 35.600.000 |
| 010070024.2026.0001 | MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL | 3.1.90.13 3.4.90.39 | 188 100 | 600.000 35.000.000 | 35.600.000 |

CR\$ 1,00

| CRÉDITO SUPLEMENTAR | | ANEXO II | | FISCAL CANCELAMENTO | |
|---------------------|--|------------------------|------------|-----------------------|------------|
| CÓDIGO | ESPECIFICAÇÃO | NATUREZA | FT | DETALHADO | TOTAL |
| 010070024.2026 | ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA | 3.1.90.14 3.4.90.30 | 188 100 | 600.000 35.000.000 | 35.600.000 |
| 010070024.2026.0001 | MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS DO SENADO FEDERAL | 3.1.90.14 3.4.90.30 | 188 100 | 600.000 35.000.000 | 35.600.000 |

(*) Republicado por ter saído com incorreção no DO do dia 29/12/93

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 01, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.860/93-3, resolve:

Exonerar, a pedido, MARIA LAURA NAVARRO E MELO do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Josaphat Marinho, a partir de 23 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 3 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 002, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.862/93-6, resolve:

Exonerar PAULINO VIAPIANA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 22 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 4 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 003, DE 1994**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 025.863/93-2, resolve:

Exonerar PEDRO WASHINGTON DE ALMEIDA do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, a partir de 22 de dezembro de 1993.

Senado Federal, 4 de janeiro de 1994. — p/ **Manoel Vilela de Magalhães**, Diretor-Geral.

| MESA | LIDERANÇA DO PMDB | Vice-Líder |
|---|--|--------------------------|
| Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB | Líder Mauro Benevides | Valmir Campelo |
| 1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI | Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor | LIDERANÇA DO PDT |
| 2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS | Líder | Líder |
| 1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT | Mário Covas | Magno Bacelar |
| 2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC | Vice-Líder | LIDERANÇA DO PRN |
| 3º Secretário Júnio Maribe _ PRN _ MG | Jutahy Magalhães | Líder |
| 4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC | LIDERANÇA DO PFL | Ney Maranhão |
| Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO | Líder Marco Maciel | Vice-Líder |
| LIDERANÇA DO GOVERNO | Vice-Líderes Elcio Álvares Odacir Soares | Áureo Mello |
| Líder Pedro Simon | LIDERANÇA DO PSB | LIDERANÇA DO PP |
| | Líder Joá Paulo Bisol | Líder |
| | LIDERANÇA DO PTB | Irapuan Costa Júnior |
| | Líder Jonas Pinheiro | LIDERANÇA DO PDS |
| | | Líder Esperidião Amin |
| | | LIDERANÇA DO PDC |
| | | Líder |
| | | Epitácio Cafeteira |
| | | LIDERANÇA DO PT |
| | | Líder |
| | | Eduardo Suplicy |

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|--------------------|------------|--------------------|------------|
| Amir Lando | RO-3111/12 | César Dias | RR-3064/65 |
| Cid S. de Carvalho | CE-3058/59 | Mansueto de Lavor | PE-3183/84 |
| osé Fogaça | RS-3077/78 | Garibaldi A. Filho | RN-4382/92 |
| Iram Saraiva | GO-3134/35 | Gilberto Miranda | AM-3104/05 |
| Nelson Carneiro | RJ-3209/10 | Marcio Lacerda | MT-3029/30 |
| Antônio Mariz | PB-4345/46 | Aluizio Bezerra | AC-3158/59 |
| Edro Simon | RS-3230/31 | Divaldo Surugay | AL-3185/86 |
| Wilson Martins | MS-3114/15 | Alfredo Campos | MG-3237/38 |

PFL

| | | | |
|----------------------|------------|-------------------|------------|
| Josaphat Marinho | BA-3173/74 | Hydekel Freitas | RJ-3082/83 |
| Francisco Rollemberg | SE-3032/33 | Marco Maciel | PE-3197/98 |
| Carlos Patrocínio | TO-4058/68 | Henrique Almeida | SP-3191/92 |
| Odaci Soares | RO-3218/19 | Lourival Baptista | SE-3027/28 |
| Elcio Alvares | ES-3131/32 | João Rocha | TO-4071/72 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|-----------------------|------------|
| Eva Blay | SP-3119/20 | Almir Gabriel | PA-3145/46 |
| utaby Magalhães | BA-3171/72 | Teotônio Vilela Filho | AL-4093/94 |
| Mário Covas | SP-3177/78 | Vago | |

PB

| | | | |
|-----------------|------------|---------------------|------------|
| Luiz Alberto | PR-4059/60 | Affonso Camargo | PR-3062/63 |
| Carlos De'Carli | AM-3079/80 | Lourenberg N. Rocha | MT-3035/36 |

PDT

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| Magno Bacelar | MA-3073/74 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 |
| | | PRN | |

PDS

| | | | |
|------------------|------------|-------------------|------------|
| Lucídio Portella | PI-3053/57 | Jarbas Passarinho | PA-3022/23 |
| | | PSB / PT | |

PDC

| | | | |
|--------------------|------------|---------------|------------|
| Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 | Gerson Camata | ES-3203/04 |
| | | PDS | |

PDT

| | | | |
|-----------------|------------|-------------------|------------|
| Esperidião Amin | SC-4206/07 | Jarbas Passarinho | PA-3022/24 |
| | | PP | |

PP

| | | | |
|----------------|------------|--|------------|
| Pedro Teixeira | DF-3127/28 | João França | RR-3067/68 |
| | | Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões - Ramal 4315 | |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

| | | | |
|------------------------|--------------|-----------------|------------|
| Amir Lando | RO-3111/12 | Aluizio Bezerra | AC-3158/59 |
| Antônio Mariz | PB-4345/46 | João Calmon | ES-3154/55 |
| César Dias | RR-3064/65 | Onofre Quinlan | GO-3148/49 |
| Cid Sabóia de Carvalho | CE-3058/60 | Pedro Simão | RS-3230/32 |
| Divaldo Surugay | AL-3180/85 | José Fogaça | RS-3077/78 |
| Juvêncio Dias | MA-3050/4393 | Ronan Tito | MO-3038/39 |
| Ronaldo Aragão | RR-4052/53 | Neison Carneiro | RJ-3209/10 |

Garibaldi A. Filho
Márcio Lacerda
Vago

RN-4382/92
MT-3029

Iram Saraiva
Vago
Vago

GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
João Rocha
Odaci Soares
Marco Maciel
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

SE-3027/28
TO-4071/72
RO-3218/19
PE-3197/99
TO-4058/68
SE-3032/33

Dario Pereira
Alvaro Pacheco
Bello Parga
Hydekel Freitas
Elcio Alvares
Guilherme Palmeira

RN-3098/99
PI-3085/87
MA-3069/70
RJ-3082/83
ES-3131/32
AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães

PA-3145/46
CE-3242/43
BA-3171/72

Dircen Carneiro
Eva Blay
Teotônio V. Filho

SC-3179/80
SP-3117/18
AL-4093/94

PTB

Martuce Pinto
Affonso Camargo
Jonas Pinheiro

RO-4062/63
PR-3062/63
AP-3206/07

Valmir Campelo
Luiz Alberto Oliveira
Carlos De'Carli

DF-3188/89
PR-4059/60
AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia

RN-3240/41

Nelson Wedekin

SC-3151/53

PRN

Saldanha Derzi
Aureo Mello

MS-4215/16
AM-3091/92

Ney Maranhão
Albano Franco

PE-3101/02
SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira

MA-4073/74

Moisés Abrão

TO-3136/37

PDS

Lucídio Portella

PI-3053/57

Jarbas Passarinho

PA-3022/23

PSB / PT

Eduardo Suplicy

SP-3213/15

José Paulo Bisol

RS-3224/25

PP

Pedro Teixeira

DF-3127/28

Meira Filho

DF-3221/22

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

Ronan Tito
Garibaldi A. Filho
Ruy Bacelar
Ronaldo Aragão
César Dias
Mansueto de Lavor
Aluizio Bezerra
Gilberto Miranda
Onofre Quinlan

MG-3038/39/40
RN-4382/92
BA-3161/62
RR-4052/53
RO-3064/65/66
PE-3182/83/84
AC-3158/59
AM-3104/05
GO-3148/50

Mauro Benevides
José Fogaça
Flaviano Melo
Cid S. de Carvalho
Pedro Simão
Divaldo Surugay
Juvêncio Dias
Onofre Quinlan
Wilson Martins

CE-3194/95
RS-3077/78
AC-3493/94
CE-3058/59
PA-3050/4393
RS-3230/32
AL-3185/86
ES-3154/56
MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
João Rocha

TO-4058/68
PB-320/02
AP-3191/92/93
RN-3098/99
MA-4071/72

Odaci Soares
Bello Parga
Álvaro Pacheco
Elcio Alvares
Josaphat Marinho

RO-3218/19
MA-3069/70
PI-3085/87
ES-3131/32
BA-3173/75

| PSDB | | | | PDC | | | | |
|--|--|---|--|---|--|--|--|--------------------------|
| Beni Veras José Richa Márcio Covas | CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78 | Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago | PA-3145/47 SC-3179/80 | Gerson Camata | ES-3203/04 | Epitácio Cafeteira PP | MA-4073/74 | |
| Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro | PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07 | Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto | MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63 | Irapuan Costa Júnior | 3088/3089 | Pedro Teixeira | 3127/3128 | |
| Magno Bacelar | MA-3074/75 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 | Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Lucídio Portella | PI-3055/56 | |
| Albano Franco Ney Maranhão | SE-4055/56 PE-3101/02 | Saldanha Derzi Aureo Mello | MS-4215/18 AM-3091/92 | Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546 | | | | |
| Moisés Abrão | GO-3136/37/3522 | Gerson Camata | ES-3203/04 | COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho | | | | |
| Esperidião Amin | SC-4206/07 | Jarbas Passarinho | PA-3022/24 | Titulares Suplentes PMDB | | | | |
| Meira Filho | DF-3222/05 | Irapuan C. Júnior | GO-3089/90 | Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago | AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30 | Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvenício Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago | RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46 | |
| Eduardo Suplicy | 3213/15/16 | José Paulo Bisol | 3224/25 | Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas | RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83 | Raimundo Lira João Rocha Carlos Parocínio Guilherme Palmeira Vago | PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46 | |
| Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344 | COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas | | | | PFL PSDB | | | |
| Titulares | Suplentes PMDB | | | | Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa | SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64 | Beni Veras Jutahy Magalhães Vago | CE-3242/43 BA-3171/72 |
| Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar | MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61 | Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Manoel de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias | CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65 | Lourenberg N. R. Marluce Pinto | MT-3035/36 RR-4062/63 | Affonso Camargo Vago | PR-3062/63 | |
| Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco | AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86 | Francisco Rolemberg Josephat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel | SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98 | Lavoisier Maia | RN-3239/40 | Magno Bacelar | BA-3074/75 | |
| Dirceu Carneiro José Richa | SC-3179/80 PR-3163/64 | Jutahy Magalhães Eva Blay | BA-3171/72 SP-3119/20 | Saldanha Derzi | MT-4215/18 | Albano Franco | SE-4055/56 | |
| Luiz A. Oliveira Marluce Pinto | PR-4058/59 RR-4062/63 | Valmir Campelo Jonas Pinheiro | DF-3188/89 AP-3206/07 | Lucídio Portella | PI-3055/56 | Esperidião Amin | SC-4206/07 | |
| Darcy Ribeiro | RJ-4230/31 | Magno Bacelar | MA-3074/75 | João França | RR-3067/68 | Meira Filho | DF-3221/22 | |
| Albano Franco | SE-4055/56 | Saldanha Derzi | MS-3255/4215 | Secretário: Celso Parente - Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286 | | | | |

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Juvêncio Dias

| Titulares | Suplentes | PMDB | | PFL | | PSDB | |
|------------------|--------------|------------------------|------------|-----|--|------|--|
| João Calmon | ES-3154/55 | Cid Sabóia de Carvalho | CE-3058/59 | | | | |
| Iviano Melo | AC-3493/94 | Antônio Mariz | PB-4345/46 | | | | |
| Jairo Benevides | CE-3052/53 | Onofre Quinlan | GO-3148/49 | | | | |
| Ilson Martins | MS-3114/15 | Marcio Lacerda | RJ-3029/30 | | | | |
| Juvêncio Dias | PA-3050/4393 | Ronaldo Aragão | RO-4052/53 | | | | |
| Insueto de Lavor | PE-3182/83 | Amil Lando | RO-3110/11 | | | | |
| José Fogaça | RS-3077/78 | Ruy Bacelar | BA-3160/61 | | | | |
| José Simon | RS-3230/31 | Alfredo Campos | MG-3237/38 | | | | |
| Marina Sárriva | GO-3134/35 | Nelson Carneiro | RJ-3209/10 | | | | |

| | | | |
|--|------------|--------------------|------------|
| Valmir Campelo | DF-3188/89 | Luiz A. Oliveira | PR-4058/59 |
| Jonas Pinheiro | AP-3206/07 | Marluce Pinto | RR-4062/63 |
| Lourenberg N. R. | MT-3035/36 | Carlos De' Carli | AM-3079/80 |
| | | PDT | |
| Darcy Ribeiro | RJ-4229/30 | Magno Bacelar | MA-3074/75 |
| | | PRN | |
| Aureo Mello | AM-3091/92 | Albano Franco | SE-4055/56 |
| Ney Maranhão | PE-3101/02 | Saldanha Derzi | MS-4215/18 |
| | | PDC | |
| Moisés Abrão | TO-3136/37 | Epitácio Cafeteira | MA-4073/74 |
| | | PDS | |
| Jarbas Passarinho | PA-3022/23 | Esperidião Amin | SC-4206/07 |
| | | PP | |
| Meira Filho | DF-3221/22 | João França | RR-3067/68 |
| | | PT/PSB | |
| Eduardo Suplicy | SP-3213/15 | José Paulo Bisol | RS-3224/25 |
| Secretaria: Mônica Aguiar Inocente | | | |
| Ramais: 3496/3497 | | | |
| Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas | | | |
| Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121 | | | |

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral CR\$ 3.620,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral CR\$ 3.620,00

J. avulso CR\$ 30,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências (D.O. de 16-7-90)**

Legislação correlata

**Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)**

Índice temático

**Lançamento
Cr\$ 1.000,00**

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 — NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho — *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos — *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro — *Letacio Jansen*
O planejamento na economia brasileira — *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 — *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas — *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais — *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 — *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial — *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição — *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal — *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos — *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay so-

bre o Direito do Mar — *Georgenor de Souza Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa — *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito — *Glendon Mamede*

Direito Romano em Gramsci — *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 —

Clayton Reis

Solidariedade e fiança — *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens — *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento — *Daniel E. Maeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente — *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? — *José Pitas*

A arte e o obsceno — *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 — *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! — *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn — *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.